

# A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a abertura política da ditadura militar: “as horas difíceis já passaram”

*Vinicius José Mira*

Universidade do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil  
viniciusmira1987@gmail.com

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar historicamente as repercussões do processo de abertura política da ditadura militar no interior da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para tal, o texto se vale da imprensa e dos subsídios documentais produzidos pela comunidade de informações da ditadura militar. Em particular, o alvo do estudo são as assembleias gerais da CNBB durante o governo Figueiredo, quais sejam, da 17<sup>a</sup> à 22<sup>a</sup>, entre 1979 e 1984. Como resultado, o artigo analisa historicamente como a CNBB almejou pautar o seu projeto de abertura política concomitantemente àquele em curso promovido pelo regime autoritário e como se deu o reenquadramento institucional da CNBB frente à questão social e política no ocaso da ditadura militar.

**Palavras-chave:** Igreja Católica. Ditadura Militar. CNBB. Abertura Política.

---

## Introdução

No dia 11 de maio de 1979, uma sexta-feira, o gabinete do diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI) enviou um memorando à Agência Central desse órgão, solicitando com urgência a confecção de “uma coletânea contendo os fatos mais significativos que caracterizem a atuação de contestação ao Governo por parte do clero ‘progressista’”. Uma anotação no documento permite constatar que o pedido partiu do próprio presidente da República, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo. Conforme consta: “OBS: Pedido do Senhor PR” (SNI, 1979a).

Cabe lembrar que o chefe do SNI tinha status de ministro de Estado e prestava assessoria direta ao presidente da República. Além de abastecer a presidência com informações, o serviço elaborava sinopses diárias dos principais assuntos do momento e relatórios semanais para a presidência, o Gabinete Militar, o Gabinete Civil, as agências regionais e os centros de informações militares (FICO, 2001).

Feito em uma sexta-feira, o pedido do memorando foi atendido na segunda-feira seguinte. A informação nº 0209, de 14 de maio de 1979, produzida pelo SNI e difundida para a chefia do órgão, tratou da “atuação da Igreja Católica no Brasil” em um relatório

que perfaz quase 200 páginas, entre diagnósticos, prognósticos e anexos atinentes à relação da Igreja Católica e o Estado (SNI, 1979a).

O documento em questão caracteriza o escopo de atuação da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), maior colegialidade episcopal da América Latina, e insinua a sua instrumentalização por parte da chamada ala progressista do clero para atuação de caráter sócio-político. Conforme consta, ao ter a sua cúpula ocupada por bispos ditos progressistas, a CNBB tem se desvirtuado de suas finalidades de cunho religioso. Nessa direção, o informe aborda o que, segundo ele, são os assuntos mais explorados pelo setor intitulado progressista do clero brasileiro, quais sejam, a política agrária, a política indigenista, a política trabalhista e a abertura do regime.

Sobre a política agrária, o trabalho da Comissão Pastoral da Terra é alvo de suspeição por pregar discórdia entre proprietários e posseiros e se valer de teses marxistas para conscientizar os trabalhadores do campo. A política indigenista, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), é acusada de desenvolver campanha negativista e subversiva na questão da demarcação das terras indígenas, com apoio de antropólogos e políticos esquerdistas.

Quanto à política trabalhista, por sua vez, o informe é muito influenciado pelos então recentes movimentos grevistas dos metalúrgicos do ABC, que contaram com o apoio da Igreja Católica. Cumpre dizer que, entre o memorando do gabinete do chefe do SNI (dia 11) e o informe produzido (dia 14), foi firmado e aprovado o acordo entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e o operariado metalúrgico do ABC, dando fim à greve iniciada no dia 13 de março, antes mesmo da posse de João Figueiredo. A Igreja Católica teve papel importante nesse processo, ao fornecer apoio logístico e moral ao movimento (SKIDMORE, 1988; SOUZA, 2015). Em se tratando da abertura política, o diagnóstico aponta que o episcopado brasileiro de tendência dita progressista não parece se sensibilizar com o projeto do governo. O informe lista alguns bispos que haviam se pronunciado publicamente contra a abertura em curso.

Por fim, as considerações finais do documento apontam para o seguinte sentido: o trabalho pastoral católico de cunho sócio-político teria continuidade em contraposição aos projetos do governo nos campos social, econômico e político; em função das várias tendências do episcopado brasileiro, poderia haver aproximação entre clérigos e governo, sem excluir as divergências entre as partes; a Igreja Católica veria com restrições o processo político nacional, levando em consideração os princípios expostos e defendidos pela CNBB.

Evidentemente, é preciso relativizar o tom incriminatório de um documento produzido pela comunidade de informações da ditadura militar, produto da desconfiança sistemática dos agentes de informações (FICO, 2001). Essa desconfiança sistemática também aparece na obra de Marcos Napolitano (2018, p.128), que destaca a dimensão de guerra interna da máquina repressiva da ditadura militar, onde “todos eram suspeitos até que se provasse o contrário”; e no trabalho de Mariana Joffily (2014, p.17), onde consta que “o contexto histórico e político conduziu a uma tendência a superestimar a gravidade das transgressões”. Portanto, esse trabalho está orientado pela constante necessidade de contextualizar os documentos estudados. Ou seja, é preciso saber dimensionar o olhar incriminador dos relatórios de vigilância para além da reprodução *ipsis litteris* do seu conteúdo.

Ainda assim, há uma dimensão factual nesses informes: os subsídios documentais do SNI estão recheados de anexos com materiais alusivos à atividade desses religiosos que estavam sendo vigiados (recortes de jornal, panfletos, manifestos, atas de reuniões, etc.). Da mesma forma, esse tipo de documento municiou as decisões estratégicas do governo, de tal modo que há uma certa racionalidade que pode ser revelada a partir da crítica documental.

Dito isso, o objetivo desse artigo é responder às seguintes indagações: qual era o interesse do general Figueiredo quanto à atuação do clero dito progressista, visto que havia menos de dois meses que ele havia assumido o cargo da Presidência da República na ocasião? De que modo a colegialidade episcopal brasileira se posicionou frente ao projeto de abertura política em curso? Como se deram as relações entre Estado e Igreja Católica nesse processo? De que forma a abertura política repercutiu internamente na CNBB?

Para responder a essas questões, esse artigo se vale da imprensa e dos subsídios documentais produzidos pela comunidade de informações da ditadura militar. Em particular, são alvo das análises as assembleias gerais da CNBB durante o governo Figueiredo, quais sejam, da 17<sup>a</sup> à 22<sup>a</sup>, entre 1979 e 1984. Metodologicamente, opta-se pelo uso do Jornal do Brasil para apoiar a análise dos documentos da comunidade de informações, tendo em vista que se trata de um periódico muito influente e com grande circulação no final da década de 1970 e início da década de 1980, sendo que seu acervo está disponível para consulta on-line na Hemeroteca Digital Brasileira. Quanto à documentação da comunidade de informações, ela pode ser acessada digitalmente no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira delas, há uma breve discussão bibliográfica sobre a situação das relações entre Igreja Católica e Estado no momento em que o general João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a presidência, em março de 1979. Na sequência, é analisado historicamente como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tensionou o projeto de abertura política do regime militar em curso e quais os seus desdobramentos no interior da hierarquia eclesial católica. Na terceira e última parte, conclui o texto propondo articulações e interpretações sobre as diversas discussões apresentadas.

### **Igreja e Estado no fim da década de 1970**

Quando o informe do SNI que abre este artigo foi produzido, havia menos de dois meses que o General Figueiredo havia assumido o cargo de presidente da República. O seu antecessor, o luterano Ernesto Geisel, tratava assuntos da Igreja Católica como questões de Estado entre Brasil e Vaticano, de tal modo que dialogava apenas com o papa, os cardeais e o núncio apostólico (representante diplomático do papa no Brasil), sem passar pelo colegiado de bispos brasileiros. Somado a isso, episódios como o suposto suicídio do jornalista Vladimir Herzog, o assassinato do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier e a lei do divórcio culminaram em relações tensas do presidente com a CNBB (GOMES, 2014; NAPOLITANO, 2018).

É nesse período que a CNBB se consolida como principal instituição da Igreja nas relações com o governo brasileiro. O contexto de políticas repressivas do regime fez com que os bispos ditos “moderados” passassem a apoiar um posicionamento antigovernamental mais contundente, em defesa dos direitos humanos e das liberdades civis (SKIDMORE, 1988; CAVA, 1988).

Como indício desse afastamento, a CNBB converteu-se em pastora do seu rebanho na luta pela democracia. Um indicativo desse processo são os documentos produzidos nas assembleias gerais do órgão, tais como *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus*, de 1976, e *Exigências Cristãs de uma ordem política*, de 1977. Este último, de crítica direta ao regime, marcou o auge do longo processo de afastamento entre a hierarquia da Igreja Católica e a ditadura, iniciado em 1968 (NAPOLITANO, 2018; CAVA, 1988).

Juntamente com a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a CNBB foi uma das entidades representativas que aumentaram a pressão contra a ditadura no governo

Geisel (MOTTA, 2021). Foi nesse período que a Igreja passou a contar como uma cúpula mais organizada (CNBB) e uma participação mais numerosa na base, de movimentos como as Comunidades Eclesiais de Base (SKIDMORE, 1988).

Em linhas gerais, “a Igreja desempenhou importante papel durante os anos de ditadura militar”, passando “de apoiadora da iniciativa conservadora a porta-voz de resistências perante torturas e prisões políticas” (CUBAS, 2015, p.7-8). Dito de outra forma, a Igreja Católica passou de parte do arranjo político que dava legitimidade à intervenção militar - e poder para as elites eclesiásticas, por conseguinte - para contestadora da autoridade política vigente e uma das principais inimigas do país (SILVA, 2017).

Por outro lado, é importante sempre ter em mente a heterogeneidade ideológica na religião católica, ilustrada pelos diferentes discursos que a Igreja apresenta (ROSA, 2014). No caso da hierarquia eclesiástica, os bispos nunca formaram blocos estanques de conservadores e progressistas, conforme a comunidade de informações costumava identificá-los. Os religiosos se posicionaram de maneiras diferentes frente à repressão ou ao diálogo com os militares, por exemplo (GOMES, 2014). A título de ilustração, o documento *Exigências Cristãs de uma ordem política*, de 1977, considerado o mais categórico manifesto católico contra a ditadura, foi produto de longas discussões e divergências entre os bispos brasileiros. Ainda que o produto final tenha tido certa coesão, ele foi produto de extensos e acalorados debates entre os religiosos, que discordaram, por exemplo, a respeito da noção de segurança nacional e do uso de linguagem pastoral e/ou linguagem sócio-política na escrita do documento (SNI, 1977).

Tendo caracterizado brevemente o estado das relações entre Igreja Católica e ditadura militar ao final da década de 1970, cabe agora analisar historicamente como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tensionou o projeto de abertura política do regime militar em curso e quais os seus desdobramentos no interior da hierarquia eclesiástica católica.

### **A CNBB e a abertura política**

No mesmo dia do memorando que abre o texto enviado pelo Gabinete do chefe do SNI à sua Agência Central, solicitando a coletânea sobre a atuação contestatória do clero dito progressista, o *Jornal do Brasil* anunciou:

O Presidente Figueiredo terá sempre o máximo prazer em receber o presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, segundo disse ontem o subsecretário de Imprensa da Presidência, Sr. Alexandre Garcia, ao informar o recebimento do pedido de audiência pelo Palácio do Planalto, que estuda a data do encontro para entre os dias 25 e 29 deste mês [de maio], conforme solicitação da Conferência (JORNAL DO BRASIL, 1979a, p. 3).

Quer dizer, o informe em questão diz respeito à produção de subsídios para uma reunião entre o presidente da CNBB e o presidente da República. Cabe destacar que a XVII Assembleia Geral Ordinária da CNBB tinha acontecido no final do mês de abril. Portanto, esse seria o primeiro encontro entre o presidente do país recém-empossado e o presidente do colegiado episcopal recém-eleito.

É oportuno perceber que o pedido para o encontro partiu da CNBB. Uma análise da assembleia geral da CNBB do mês anterior aponta que era interesse do episcopado brasileiro melhores relações com o governo. Logo após eleito, Dom Ivo Lorscheiter concedeu entrevista à imprensa, sinalizando que a Igreja Católica acompanhava o processo de abertura com interesse e os sinais manifestos até então a esse respeito apontavam para o caminho desejado pelos católicos (JORNAL DO BRASIL, 1979b).

Na ocasião, o informe produzido pelo SNI acerca do encontro dos bispos brasileiros apontou que a Igreja Católica pretendia se firmar como organização sócio-política influente. Os alegados objetivos dessa organização seriam a participação nas decisões governamentais, a mediação das reivindicações trabalhistas, o apoio a movimentos contestatórios (tais como a anistia, sindicalismo, distribuição de renda, greves, etc.) e a denúncia das ações governamentais nos campos social e econômico (SNI, 1979b). Malgrado a já mencionada lógica incriminatória dos informes do SNI, esse documento faz um interessante diagnóstico: a hierarquia eclesiástica brasileira almejava pautar e/ou tensionar a abertura política em curso. A aproximação entre Figueiredo e Lorscheiter é um indício disso.

O encontro previsto de fato aconteceu. Temas como anistia, participação política, modelos econômicos, missionários estrangeiros e natalidade foram discutidos. Como resultado, Dom Ivo Lorscheiter declarou satisfação com o projeto de abertura política do governo, contanto que ele também contemplasse um amplo projeto social de distribuição de renda. Figueiredo deu seu número de telefone ao presidente da CNBB e se colocou à disposição sempre que fosse preciso. Cabe destacar que o general-presidente já havia tentado contatar o presidente da CNBB em outra oportunidade (JORNAL DO BRASIL, 1979c).

A partir disso, é possível supor que a reunião em questão foi uma tentativa por parte da CNBB de melhorar as relações com o presidente da República, ao mesmo tempo em que foi uma investida da presidência em controlar a situação tensa entre Igreja e Estado e vender o projeto de abertura aos bispos brasileiros. Com efeito, há uma importância estratégica para ambas as partes em preservar bons vínculos. No caso do projeto de abertura, a boa relação com a Igreja era decisiva (SKIDMORE, 1988).

Os acenos dos bispos brasileiros ao governo militar se deram de várias maneiras. Durante a XVII Assembleia Geral da CNBB, houve uma coletiva de imprensa concedida pelos bispos de Joinville, Dom Gregório Warmeling, de Iguatu, Dom José Mauro Ramalho de Alarcón Santiago, e de Brasília, Dom José Newton de Almeida Batista. Na ocasião, alguns episcopos se deslocaram de Indaiatuba, no interior de São Paulo, onde a assembleia acontecia, para a capital daquele estado, onde o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns celebraria a “Missa da Terra sem Males”, em 22 de abril, alusiva ao então Dia do Índio, comemorado em 19 de abril. Os bispos responderam perguntas sobre temas diversos, tais como a vindoura eleição da CNBB, o conservadorismo e o progressismo na Igreja, as relações entre Igreja e Estado no contexto da abertura e sobre a diferença entre doutrina cristã e ideologia marxista. Ao ser questionado sobre as relações entre Igreja e Estado, o bispo de Joinville, dom Gregório Warmeling, respondeu que “as horas difíceis já passaram” (CORREIO POPULAR, 1979; JORNAL DO BRASIL, 1979d).

De fato, o ano de 1979 pode ser considerado um ponto de inflexão nas relações entre Igreja Católica e Estado no Brasil. Com a eleição de Figueiredo e Lorscheiter, em paralelo à redução de prisões políticas de religiosos, à aprovação da anistia e à reforma partidária, as relações melhoraram consideravelmente. Além disso, é mais ou menos nesse mesmo momento que a Igreja deixou de ser a liga que unia as esquerdas - tendo esse espaço sido ocupado por organizações como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - e única instituição que podia elevar a voz contra o regime militar, passando a focar mais na atividade eminentemente religiosa, o que alteraria a dinâmica dos movimentos sociais vinculados à Igreja Católica. Soma-se a isso a vinda do papa João Paulo II ao Brasil no ano seguinte, que pode ter ajudado a legitimar o projeto do governo ao contribuir para a desmobilização de um setor mais politicamente combativo da Igreja Católica (GOMES, 2014; CAVA, 1988; SKIDMORE, 1988).

Nas palavras do brasilianista Ralph Della Cava (1988, p.250-251):

Para a Igreja, este foi um período cheio de paradoxos e em que se viu obrigada a enfrentar sérios dilemas. Com relação ao Estado, parecia que a própria “abertura para a democracia” (ou, dito mais modestamente, a transição para um governo civil), para a qual a Igreja tanto contribuía, agora a obrigava a “desengajar-se” da política e, como instituição, a desautorizar as preferências partidárias de suas bases.

Por outro lado, isso não quer dizer que a alegada necessidade de desengajar politicamente a Igreja tenha acontecido sem tensões e divergências internas no episcopado brasileiro. Ao mesmo tempo, esse desengajamento na hierarquia eclesial não repercutiu imediatamente em uma desmobilização das bases católicas, com grande capilaridade pela participação dos leigos em movimentos como as Comunidades Eclesiais de Base. Os debates nas assembleias da CNBB nos anos seguintes são indícios dessas tensões.

Em 1980, a XVIII Assembleia Geral da CNBB ocorreu em fevereiro, na iminência da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, que aconteceria alguns meses depois. O encontro dos bispos sinalizou que o episcopado pretendia continuar pautando a abertura política. Como resultado, a assembleia produziu o documento *Igreja e Problemas da Terra*, um longo texto defendendo o compromisso pastoral assumido de denunciar e combater injustiças na dimensão social da propriedade fundiária. A questão agrária foi central no encontro, tendo a sua pertinência sido defendida em razão dos impactos no trabalhador do campo e nas consequências do êxodo rural que incha a periferia das grandes cidades (SNI, 1980).

Embora o documento tenha sido aprovado quase unanimemente, com 172 votos favoráveis e apenas quatro contra, com quatro abstenções, as repercussões na imprensa apontam para as divergências do alto clero brasileiro. O arcebispo de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, justificou seu voto contrário por causa da alegada inspiração marxista verificada em alguns trechos do documento que distinguia terra de exploração e terra de trabalho, ainda que se considerasse um moderado (JORNAL DO BRASIL, 1980).

No mesmo encontro, o arcebispo de Diamantina, dom Geraldo Proença Sigaud, considerado um bispo conservador por seus pares, apresentou moção de apoio ao episcopado alemão na condenação do teólogo Hans Kung, conhecido por rejeitar o dogma da infalibilidade papal. A moção acabou não sendo aprovada, pois obteve 69 votos, quando seriam necessários 119. Mais do que uma sinalização de solidariedade à defesa do cânone católico internacional, a iniciativa de dom Geraldo pôde ser interpretada como uma arremetida contra o teólogo brasileiro Leonardo Boff, que nos anos seguintes



sofreria punição semelhante. No sentido contrário, a recusa da colegialidade episcopal brasileira em aprovar a moção pôde ser vista como um desafio ao Vaticano (SNI, 1980).

Uma outra questão entrou na pauta da reunião, mas será abordada mais cuidadosamente no encontro seguinte. Por ora, cumpre dizer que o Vaticano vetou um documento aprovado pela CNBB em 1977, intitulado *Diretório para missas com grupos populares*, e alguns bispos manifestaram insatisfação por essa ordem (SNI, 1980).

No ano de 1981, antes mesmo da XIX Assembleia Geral da CNBB, os bispos brasileiros já estavam ocupando a imprensa. Uma carta enviada pelo papa João Paulo II aos episcopos ganhou amplitude nos periódicos nacionais. A mensagem do papa, que havia sido enviada no início de dezembro de 1980, mas só foi tornada pública em janeiro de 1981, foi entendida como uma desaprovação da vigente ação pastoral brasileira, em função do envolvimento social e político dos membros da Igreja Católica. Inteiramente publicada na imprensa, a carta defende a missão eminentemente religiosa da Igreja e o foco católico na ação catequética, em detrimento das questões sociais e do mundo material. O teor da mensagem dá a entender que se tratou de um reforço ao que já havia sido comunicado presencialmente aos episcopos brasileiros nos seus dois encontros com o sumo pontífice no ano de 1980, nomeadamente, a visita de João Paulo II ao Brasil e a visita *ad limina* dos bispos brasileiros ao Vaticano (JORNAL DO BRASIL, 1981).

Como um desdobramento imediato da carta, a XIX Assembleia Geral da CNBB foi um palco de múltiplas divergências entre os bispos. Ainda que questões de cunho social e político tenham sido abordadas, tais como o uso do solo urbano e a questão indígena, a pauta da assembleia foi predominantemente religiosa. O documento *Igreja e os Problemas da Terra*, que havia sido aprovado no ano anterior com esmagadora maioria dos votos, agora foi alvo de questionamentos por suas inexatidões técnicas e ambiguidades conceituais. A preocupação manifestada pelo papa a respeito da catequese resultou em debates sobre a necessidade de construção de diretriz catequética alinhada às instruções do papa. Além disso, o documento *Diretório para missas com grupos populares*, aprovado pela CNBB em 1977 e proibido pelo Vaticano três anos depois, esteve em pauta. Tratava-se de uma diretriz da CNBB que permitia usos sócio-políticos das celebrações religiosas. Na ocasião da assembleia, debateu-se a possibilidade ou não de rever a determinação, no sentido de esclarecer interpretações diferentes do conteúdo do documento (SNI, 1981).

Ao apresentar um diagnóstico sobre a situação da CNBB, um informe do SNI apontou divergências entre as tendências progressista e conservadora do episcopado,

inviabilizando a tomada de decisões e a produção de resoluções pela assembleia. O órgão de informações do regime tinha interesse em destacar um suposto desgaste entre a CNBB e o Vaticano. Somado a isso, as advertências do papa teriam feito com que certos religiosos evitassem se pronunciar na imprensa e o debate da assembleia contemplou muito mais pautas eminentemente religiosas do que sócio-políticas (SNI, 1981). Observe-se que o interesse da comunidade de informações da ditadura militar era sempre superestimar as ações dos grupos considerados “subversivos”, o que inclui a atividade dos religiosos politicamente combativos. Ainda assim, o informe sinalizou um crescimento da força da tendência conservadora no clero.

É oportuno fazer a ressalva que, diferentemente do papa Paulo VI, que enxergava a teologia como um campo de investigação e interpretação, permitindo certas especificidades nacionais na hierarquia eclesiástica, o papa João Paulo II operou uma teologia precisa e fechada (CAVA, 1988). Como uma implicação imediata dessas diferentes abordagens, a autonomia desfrutada pela CNBB foi rapidamente cerceada, como o caso das desaprovações do pontífice polonês a certos entendimentos do clero brasileiro permitem constatar.

As tentativas católicas de pautar a abertura política brasileira voltaram à tona em 1982 e a maneira que isso se deu é um bom indício das mudanças em curso no interior da CNBB. A XX Assembleia Geral da CNBB discutiu, entre outras coisas, assuntos de liturgia, conflitos agrários, usos do solo urbano e legalização de jogos de azar. Esses dois últimos assuntos, em particular, se associavam ao que estava sendo discutido na política nacional (SNI, 1982).

O encontro produziu o documento *Solo urbano e ação pastoral* - que critica a estrutura socioeconômica do Brasil e exige mudanças para eliminar a situação de injustiça estrutural, quase que como uma continuação óbvia do documento de dois anos antes, que dissertava sobre a questão agrária - no mesmo momento em que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério do Interior, estudava a reforma urbana. A legalização dos jogos de azar foi tema do documento *Sobre a Legalização dos Casinos e do Jogo de Azar*, em um momento que a flexibilização da proibição de jogos de azar era discutida na imprensa e no Congresso Nacional. Além de *Solo urbano e ação pastoral* e *Sobre a Legalização dos Casinos e do Jogo de Azar*, o encontro também produziu os seguintes documentos: *Declaração face aos Conflitos de Terra e Atuação Pastoral da Igreja*; *Apelo de Paz contra a Indústria Bélica*; *A Respeito das Eleições de 1982*; *Moção de Solidariedade à Igreja e aos Povos da Polônia, El Salvador e Guatemala*; e *Documento dos*

*Favelados sobre Terra* (SNI, 1982). Ou seja, a Igreja Católica estava tentando pautar a abertura brasileira à sua maneira.

Como uma novidade do início da década de 1980, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, surge como a liderança de uma tendência dita moderada do episcopado, conforme é possível observar no diagnóstico da comunidade de informações da ditadura militar e na repercussão na imprensa de seus posicionamentos. Ele já havia se aproveitado da situação da carta do papa, que não foi divulgada pela CNBB, para denunciar a politização da Igreja (CAVA, 1988). Durante a XX Assembleia Geral da CNBB, foi noticiado pelo seu conterrâneo, o periódico carioca *Jornal do Brasil*, que Dom Eugênio desejava mudar o documento do solo urbano em elaboração. O bispo desejava concentrar a atuação católica no problema pastoral, e não nos problemas sociais (JORNAL DO BRASIL, 1982a).

Com efeito, o arcebispo do Rio de Janeiro foi mais ou menos bem-sucedido na sua empreitada. Conforme foi publicado no *Jornal do Brasil* no dia seguinte ao encerramento da assembleia:

Assessores da CNBB informaram que na votação de terça-feira (da terceira versão [do documento Solo urbano e ação pastoral]) quase um terço dos bispos se opunha às críticas diretas ao Governo e ao modelo econômico. Tais críticas foram suprimidas ou suavizadas. Também foram eliminadas as referências explícitas ao capitalismo - palavra substituída por economia de mercado - e aos riscos de “conflito de classes”, que deram lugar a uma advertência sobre a possibilidade de “confrontação entre os muitos que tem pouco a perder e os poucos que tem muito a perder” (JORNAL DO BRASIL, 1982b, p. 3).

Quer dizer, ainda que a Igreja Católica continuasse tentando emplacar o seu projeto de abertura política, o teor combativo de outrora não mais estava presente. Não exatamente uma denúncia, mas mais uma orientação: este parece ter sido o tom das resoluções aprovadas em assembleia pela CNBB no transcurso da década de 1980.

Mais ou menos na mesma direção, o secretário-geral da CNBB, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, dom Luciano Mendes de Almeida, manifestou temor a respeito das consequências de uma Igreja engajada, após retornar de visita à América Central, relatando ter visto uma Igreja politizada e ideologizada culminar em divisão (JORNAL DO BRASIL, 1982b). Nota-se que os impactos do contexto internacional também tiveram um papel considerável no caminho de uma igreja menos política.

No ano de 1983, as divergências internas da colegialidade episcopal brasileira atingiram o seu auge. O processo em curso de reenquadramento da atuação institucional da CNBB revelou uma igreja bastante polarizada. Além do processo eleitoral, o objetivo

central do evento foi a elaboração de uma avaliação geral sobre as atividades da CNBB e definição das diretrizes para o próximo quadriênio da instituição.

O informe da comunidade de informações a respeito da assembleia relatou uma sessão privativa – contando apenas com bispos, sem convidados de outras igrejas e/ou leigos católicos –, na qual dom Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju, que três anos antes havia votado contra o documento sobre a questão agrária por sua suposta inspiração marxista, denunciou o surgimento de uma “Igreja Popular” no Brasil (CIE, 1983). Esse é um outro exemplo dos consideráveis impactos do contexto internacional no caminho de uma igreja menos política no Brasil.

A chamada Igreja Popular tinha acabado de ser condenada na Nicarágua pelo papa João Paulo II – em visita ao país no mês anterior – por ser demasiadamente antropocêntrica e focada nos problemas sociais, conforme o mesmo Dom Luciano relatou à imprensa que estava cobrindo a assembleia da CNBB (JORNAL DO BRASIL, 1983). Ainda que o caso do catolicismo nicaraguense não fosse exatamente passível de comparação com o brasileiro, é interessante observar que os movimentos sociais associados à Igreja Católica desfrutaram de muita capilaridade no interior do país. Mesmo que a hierarquia eclesiástica condenasse certas interpretações teológicas do catolicismo, a capilaridade da Igreja fazia com que certas práticas escorressem pelas mãos do controle dos bispos.

Além disso, as tendências ditas moderadas e/ou conservadoras não parecem ter sido exatamente contra iniciativas como a Pastoral Operária, a Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O que desagradou esses religiosos foram os interesses e engajamentos políticos e sociais dessas organizações, o que ocorreria em detrimento da ação predominantemente evangelizadora. A título de ilustração, no início da década de 1980, muitas CEBs haviam feito a opção pelo Partido dos Trabalhadores, de tal forma que o PT passou a ser identificado como “o partido da Igreja” ou, no mínimo, o “partido das CEBs” (CAVA, 1988). Quer dizer, o consenso de meados da década de 1970 a respeito de organizações como as Comunidades Eclesiais de Base se desmanchou à medida que elas passaram à arena político-partidária propriamente dita.

Indo além, a polarização parece ser um resultado da melhora das relações entre Igreja e Estado. Na segunda metade da década de 1970, a questão dos direitos humanos – em um sentido de direitos humanos civis, tais como a defesa da liberdade de expressão e a condenação das torturas e prisões arbitrárias – foi um elemento de coesão do episcopado brasileiro. Afinal de contas, ninguém era a favor de padres e missionários

sendo presos e torturados e a CNBB agiu em defesa do próprio patrimônio da cristandade. A partir de 1979, uma vez que a abertura política estava mais ou menos bem encaminhada, com a anistia, a reforma partidária e a redução de relatos de violação de “direitos humanos civis”, o consenso se desfez. Um setor defendia o avanço na defesa de “direitos humanos sociais”, tais como a reforma agrária, o direito à moradia, a participação popular na política, entre outras ações, enquanto outros entendiam que a Igreja já havia cumprido sua missão e deveria retornar à ação eminentemente religiosa e evangelizadora.

Nesse contexto se deu o processo eleitoral da CNBB de 1983. Como as declarações de Dom Luciano Cabral à imprensa repercutiram negativamente no interior da CNBB, sua candidatura à presidência da entidade perdeu força e muitos dos seus apoiadores embarcaram na candidatura de Dom Eugênio Sales que, conforme mostrado, vinha se consolidando na liderança de um setor visto como moderado por seus pares. Na primeira contagem dos votos, o candidato à reeleição, dom Ivo Lorscheiter, obteve 150 votos, enquanto Eugenio Sales recebeu 103 (CIE, 1983). Ainda que dom Eugenio tenha retirado a sua candidatura para a segunda votação e dom Ivo tenha sido reeleito, a quantidade de votos obtida pelo arcebispo do Rio de Janeiro é um sinal dos dissensos no interior da colegialidade episcopal.

Um outro sinal de que o consenso estava se desmanchando é a dificuldade em produzir documentos nas assembleias gerais. Diferentemente do que ocorria sob o governo Geisel, quando a CNBB sistematicamente denunciou as violações de direitos humanos e liberdades civis com contundência, no ocaso da ditadura a colegialidade não conseguiu produzir documentos com a mesma coesão. A última assembleia geral da CNBB realizada durante a ditadura, em 1984, foi um exemplo disso.

O encontro realizado entre o final de abril e o início de maio teve como incumbências propor alterações no direito canônico para o Brasil, além de discutir a missão evangelizadora católica na região Nordeste do país e a defesa da família e da vida, em um contexto que se considerava a flexibilização da legislação do aborto no Brasil (SNI, 1984). É perceptível que se tratam de temas mais ligados ao cânone da Igreja e menos às questões sociais e políticas propriamente ditas.

Debateu-se a formação de sacerdotes no Brasil, face às diferentes concepções de atuação religiosa, nomeadamente uma perspectiva mais espiritual e outra mais orientada pela opção preferencial pelos pobres. A discussão sobre o Nordeste contemplou categorias como a injustiça, a violência e a tortura no campo que culminam na migração

para a periferia das grandes cidades e a formação das favelas. Uma solução aventada foi a reforma agrária. Quanto à família, os bispos enxergaram com desconfiança o Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança, do Ministério da Saúde, entendido como uma flexibilização da legislação do aborto. A solução levantada foi o fortalecimento da Pastoral da Família, dos centros católicos de aconselhamento familiar e do movimento de casais cristãos (SNI, 1984). Embora muito tenha sido discutido, a assembleia acabou se encerrando sem definir o texto final porque os documentos não ficaram prontos a tempo (JORNAL DO BRASIL, 1984).

Coincidentemente, a XXII Assembleia Geral da CNBB teve início no dia 25 de abril, a data em que a emenda Dante de Oliveira foi votada. Tratava-se de proposta de emenda constitucional para a realização de eleições diretas para presidente e que, como se sabe, foi motivo para grande mobilização popular entre 1983 e 1984. A CNBB votou o envio de telegrama ao Congresso, solicitando que os parlamentares atendessem os anseios da nação e votassem a favor das eleições diretas. O envio do telegrama foi aprovado com 218 votos favoráveis, 17 abstenções e 5 votos contrários, dentre os quais estava o do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales (SNI, 1984).

O telegrama enviado ao Congresso Nacional durante a votação da emenda constitucional da eleição direta para presidente sinaliza que, em alguma instância, os bispos ainda continuaram se envolvendo em questões políticas à sua maneira, malgrado as divergências internas. Cumpre dizer que a assembleia de 1984 foi bem menos belicosa que a do ano anterior, talvez por não ter havido processo eleitoral nesse ano e pela repercussão na imprensa ter sido mais discreta, seja porque o foco da opinião pública estava todo apontado para a votação da emenda Dante de Oliveira e os seus desdobramentos ou por nenhum bispo ter feito declarações fortes contra seus pares nas páginas de periódicos.

No encontro seguinte dos bispos brasileiros o cenário político-institucional do Brasil era bem diferente. A XXIII Assembleia Geral da CNBB foi realizada entre 10 e 19 de abril de 1985, quando a presidência era ocupada interinamente pelo civil José Sarney, enquanto Tancredo Neves, o presidente eleito pelo colégio eleitoral em janeiro, estava hospitalizado. Soma-se a isso a ampla ofensiva do Vaticano contra os setores considerados progressistas da Igreja Católica, que incluiu a condenação institucional da Santa Sé à Teologia da Libertação, em setembro do ano anterior, pelo então cardeal Joseph Ratzinger (futuro papa Bento XVI); a advertência a teólogos, como no caso do Frei Leonardo Boff; e a ordenação de bispos e arcebispos tidos por conservadores por

seus pares, como forma de desengajar os religiosos mais politicamente combativos (SNI, 1985).

### Considerações Finais

Ao propor uma periodização das relações entre Igreja Católica e Estado durante a ditadura militar brasileira, o brasilianista Ralph Della Cava (1988) sugeriu a divisão em quatro grandes períodos: uma primeira fase entre 1964 e 1968-69, que marca o período do golpe até o endurecimento do regime, com a ascensão dos militares da dita “linha-dura”; o período seguinte entre 1969 e 1973-74, quando a Igreja Católica passa a também ser inimiga do regime, por sua campanha pelos direitos civis; a terceira fase, que se estende do anúncio da abertura lenta e gradual até 1978, quando a Igreja se transforma na mais proeminente força de oposição ao regime; e, por fim, o período que se inicia com as greves do ABC, entre 1978 e 1980, até o final do regime, marcado pela iniciativa despolitizadora da Igreja e por novos atores da sociedade civil na oposição à ditadura.

Julgo que a periodização é válida, mas considero que o marco para o início da última fase seja o ponto de inflexão ocorrido nas relações entre Igreja Católica e Estado no Brasil a partir de 1979, o qual envolveu tanto o contexto social nacional quanto, em especial, disputas internas no âmbito da instituição religiosa. Com a posse presidencial do general João Baptista de Oliveira Figueiredo e a eleição para a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de Dom José Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria, houve uma significativa melhora no diálogo entre bispos e governo, sobretudo, a partir da diminuição das prisões políticas de padres e missionários, a aprovação da lei da anistia e a reforma partidária. Ou seja, aquilo que a Igreja Católica defendeu com veemência durante o governo Geisel, ao denunciar as violações de direitos humanos e liberdades civis, estava próximo de ser conquistado.

O quadro histórico deve ainda levar em conta o impacto internacional da morte do Papa Paulo VI e seus desdobramentos. Some-se o surgimento de novas vozes na oposição ao regime e na condução do espectro político-ideológico da esquerda, a partir da reorganização partidária, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, bem como a aberta atuação da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil; e a desmobilização dos setores mais politicamente combativos da Igreja Católica a partir da

visita do novo papa, João Paulo II, ao Brasil, no ano de 1980, e as iniciativas do Vaticano em desautorizar a instrumentalização política da Igreja.

Como um resultado desse processo, a coesão oposicionista estabelecida entre os bispos durante o governo Geisel se desfez. Afinal de contas, muitos consideravam que as horas difíceis já haviam passado. Nesse período, a questão dos direitos humanos, que podem ser interpretados como direitos humanos civis (defesa da liberdade de expressão e condenação da tortura e das prisões arbitrárias, por exemplo) foi um elemento de coesão do episcopado brasileiro. Quando as principais pautas defendidas pelos episcopos estavam mais ou menos bem encaminhadas, um setor da CNBB defendia o avanço na defesa de direitos humanos que podem ser entendidos como “direitos humanos sociais” (a reforma agrária, o direito à moradia, a participação popular na política, entre outras coisas), enquanto outros entendiam que a Igreja já havia cumprido sua missão e deveria retornar à ação eminentemente religiosa e evangelizadora. É nesse contexto que as divergências vêm à tona e revelam uma Igreja bastante dividida e polarizada. Nem a tão valorizada unidade do clero católico foi capaz de evitar que os desentendimentos entre os bispos se dessem para além do espaço das assembleias da CNBB, respingando na imprensa.

Ainda assim, a CNBB almejou pautar o seu projeto de abertura política – ou os seus vários projetos de abertura, dada a heterogeneidade da hierarquia eclesiástica católica – concomitantemente ao que estava em curso, tanto imposto quanto negociado pelo regime militar com a oposição, ao aprovar documentos que versavam sobre o uso do solo urbano, a questão agrária, a questão bélica, entre outros temas. Um estudo futuro poderá analisar como o processo de reenquadramento institucional da CNBB frente à questão social e política iniciado no ocaso da ditadura militar teve continuidade na segunda metade da década de 1980. Cabe destacar que dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral das duas gestões de dom Ivo Lorscheiter, que em 1982 havia destacado os perigos de uma Igreja politizada, foi presidente da CNBB nas duas gestões seguintes (1987-1995).

Por fim, é necessário fazer a ressalva de que as dinâmicas da colegialidade episcopal são muito diferentes daquelas das bases da Igreja Católica. O fato de ter havido uma certa despolitização e desengajamento na hierarquia eclesiástica não necessariamente implica em desdobramentos imediatos nos movimentos sociais vinculados à base da igreja, tais como as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária e a Pastoral da Terra, no âmbito das quais a predominância é dos leigos.



Possivelmente, as horas difíceis demoraram um pouco mais para passar nas bases da Igreja, se é que passaram.

---

#### THE NATIONAL CONFERENCE OF BISHOPS OF BRAZIL (CNBB) AND THE MILITARY DICTATORSHIP'S POLITICAL OPENING PROCESS: "THE DIFFICULT HOURS ARE OVER"

**Abstract:** This article aims to historically analyze the repercussions of the military dictatorship's political opening process on the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB). For this purpose, the text makes use of the press and the documentary evidence produced by the military dictatorship's information community. In particular, the target of the study is the general assemblies of the CNBB during the Figueiredo government, from the 17th to the 22nd, between 1979 and 1984. As a result, the article historically analyzes how the CNBB aimed to guide its project of political openness concomitantly with the one underway by the authoritarian regime, and how the CNBB's institutional reframing in relation to social and political issues occurred at the end of the military dictatorship.

**Keywords:** Catholic Church. Military Dictatorship. CNBB. Political Opening.

---

---

#### LA CONFÉRENCE NATIONALE DES ÉVÊQUES DU BRÉSIL (CNBB) ET LE PROCESSUS D'OUVERTURE POLITIQUE DE LA DICTATURE MILITAIRE: « LES HEURES DIFFICILES SONT DERRIÈRE NOUS »

**Résumé:** L'objectif de cet article est d'analyser historiquement les répercussions du processus d'ouverture politique de la dictature militaire au sein de la Conférence nationale des évêques du Brésil (CNBB). Pour ce faire, le texte utilise le matériel de presse et les documents produits par la communauté d'information de la dictature militaire. En particulier, l'étude porte sur les assemblées générales de la CNBB sous le gouvernement Figueiredo, à savoir de la 17<sup>e</sup> à la 22<sup>e</sup>, entre 1979 et 1984. L'article analyse ainsi historiquement comment la CNBB a cherché à mener son projet d'ouverture politique en parallèle avec celui en cours, promu par le régime autoritaire, et comment le recadrage institutionnel de la question sociale et politique par la CNBB s'est opéré à la fin de la dictature militaire.

**Mots-clés:** Église catholique. Dictature militaire. CNBB. Ouverture politique.

---

#### Referências

CAVA, Ralph Della. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: Alfred Stepan (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.231-273.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO - CIE. **Relatório Especial de Informações n. 04/83**. Brasília, 11 maio 1983. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.83033900. Acervo do Arquivo Nacional.

CORREIO POPULAR. 40 Bispos na Missa do Índio. **Jornal Correio Popular**. Campinas, 21 abr. 1979. p.7

CUBAS, Caroline Jaques. Igreja Católica em tempos de ditadura militar: do diálogo à subversão em páginas impressas. **Fronteiras**, v. 24, p.7-22, 2015.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, v. 32, p.2-28, 2014.

JORNAL DO BRASIL. Presidente receberá a CNBB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 33, 11 maio 1979a. p.3.

JORNAL DO BRASIL. D Ivo assume CNBB e pede união dos bispos num só partido, o de Jesus Cristo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 20, 28 abr. 1979b. p.8.

JORNAL DO BRASIL. CNBB se diz esperançosa com projeto de abertura e pede distribuição de renda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 51, 29 maio 1979c. p.4.

JORNAL DO BRASIL. Bispo admite conversas sobre eleição da CNBB, mas aconselha dignidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 13, 21 abr. 1979d. p.8

JORNAL DO BRASIL. Igreja quer a terra fora do capitalismo e do comunismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 311, 15 fev. 1980. p.9.

JORNAL DO BRASIL. Papa não quer envolvimento da Igreja com partidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 272, 07 jan. 1981. p.4.

JORNAL DO BRASIL. D. Eugenio quer mudar documento do solo urbano: quer concentrar a atuação da Igreja sobre o problema pastoral, e não nos problemas sociais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 307, 11 fev. 1982a. p.1.

JORNAL DO BRASIL. CNBB aprova documento sobre o solo urbano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 315, 19 fev. 1982b. p.3.

JORNAL DO BRASIL. Arcebispo denuncia Igreja Popular no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 93, n. 4, 12 abr. 1983. p.5.

JORNAL DO BRASIL. CNBB encerra assembleia sem definir o texto final. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 94, n. 27, 05 maio 1984. p.9.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

ROSA, Renato Torres Anacleto. A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p.125-133, jan./abr., 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 1100/119/1977/ASP/SNI**. Agência São Paulo, 23 fev. 1977. Código de referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.82010815. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 0209/19/AC/79**. Agência Central, 14 maio 1979a. Código de referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.79002973. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 0208/19/AC/79**. Agência Central, 14 maio 1979b. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.79001224. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 062/19/AC/80.** Agência Central, 14 mar. 1980. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80006586. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 067/19/AC/81.** Agência Central, 17 mar. 1981. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81014508. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 0049/19/AC/82.** Agência Central, 09 mar. 1982. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.83032720. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - SNI. **Informação n. 068/19/AC/84.** Agência Central, 25 maio 1984. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.84015689. Acervo do Arquivo Nacional.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – SNI. **Informe VT2/00034/140/B1C/85.** Agência Central, 24 abr. 1985. Código de Referência BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.86058368. Acervo do Arquivo Nacional.

SILVA, Luís Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica – Revista de Estudios Latinoamericanos**, v.64, p.223-256, 2017.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Ney de. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar. **História e Cultura**, n. 2, p.277-301, 2015.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Vinicius José Mira** é mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

---

Recebido em 14/11/2023

Aceito em 16/05/2024